



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

José Cordeiro Neto (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 1, jan. 2005. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em janeiro de 2005, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 8,4 bilhões, contra R\$ 7,2 bilhões em igual mês do ano anterior, não obstante o aumento em R\$ 1,9 bilhão (34,9%) no valor das Transferências a Estados e Municípios contra o mesmo período. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 10,8 bilhões, contra R\$ 10,2 bilhões em janeiro de 2004; a Previdência Social, por sua vez, apresentou déficit de R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 3,0 bilhões; e o Banco Central apresentou déficit de R\$ 17,3 milhões, contra R\$ 3,8 milhões. A redução de 18,5% no déficit da Previdência, em termos nominais, foi o principal destaque do primeiro mês deste ano e está associada ao crescimento relativamente maior das receitas, especialmente ao aumento do teto de contribuição em janeiro do ano passado, com efeitos a partir de fevereiro, e ao crescimento do número de contribuintes do RGPS, devido ao comportamento do emprego formal.

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2005 foi superavitário em R\$ 8,4 bilhões, 16,0% superior, em termos nominais, ao de janeiro de 2004.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões		
	JAN 2004	DEZ 2004	JAN 2005
I. RECEITA TOTAL	34.881,5	48.154,4	41.416,7
I.1. Receitas do Tesouro	28.957,7	34.703,0	33.304,5
I.1.1 Receita Bruta	29.527,2	35.274,6	33.668,5
I.1.2. (-) Restituições	-569,6	-571,6	-364,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.850,0	13.318,7	8.047,0
I.3. Receitas do Banco Central	73,9	132,7	65,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.482,3	6.342,8	7.396,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.399,3	41.811,6	34.020,6
IV. DESPESA TOTAL	22.199,7	44.565,7	25.666,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.606,1	11.008,8	8.171,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.856,8	19.922,2	10.497,6
IV.3. Custeio e Capital	5.622,1	13.290,0	6.906,3
IV.3.1. Despesa do FAT	604,3	1.098,3	615,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	239,0	2.066,5	120,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	493,5	661,9	617,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.285,3	9.463,3	5.553,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	37,1	72,7	8,6
IV.5. Despesas do Banco Central	77,7	271,9	82,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	7.199,5	-2.754,1	8.354,2
V.1. Tesouro Nacional	10.210,1	3.988,7	10.822,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-3.006,8	-6.603,5	-2.450,6
V.3. Banco Central (2)	-3,8	-139,3	-17,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	5,37%	-1,74%	5,46%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

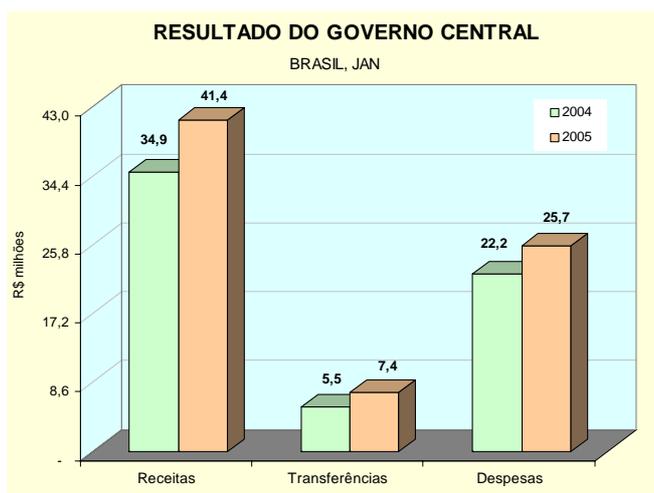
PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: JAN/05/JAN/04	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	18,7%
Tesouro	15,0%
Previdência	37,6%
Transferências	34,9%
Receita Líquida	15,7%
Despesas	15,6%
Benefícios	18,5%
Pessoal	7,4%
Custeio e Capital	22,8%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Tesouro Nacional	10.210,1	10.822,2
Previdência Social	-3.006,8	-2.450,6
Banco Central	-3,8	-17,3
Governo Central	7.199,5	8.354,2

As receitas do Tesouro Nacional cresceram 15,0% em relação ao mês de janeiro do ano anterior, por efeitos temporais de algumas medidas tributárias, pelo crescimento econômico e pela evolução dos níveis de preço. Entre os fatores que afetaram as receitas no mês, destacam-se medidas tomadas em 2004, sem efeito sobre a arrecadação de janeiro daquele ano: i) mudança na sistemática de cobrança da Cofins e incidência sobre importações; ii) mudança do período de apuração e recolhimento do IPI, de quinzenal para mensal; e iii) aumento da alíquota da CSLL referente a prestadoras de serviços. Além disso, houve aumento na arrecadação da cota-parte de compensação financeira, devido ao preço relativamente maior do barril de petróleo no mercado internacional. Por outro lado, os tributos com apuração semanal (IOF, IR e CPMF) permaneceram praticamente estáveis, em termos nominais, apesar da ocorrência de quatro semanas de fato gerador no mês em análise, contra cinco em janeiro de 2004.

As transferências a estados e municípios cresceram 34,9% em relação a janeiro do ano anterior. O repasse trimestral da Cide, no valor de R\$ 465,5 milhões, sem correspondência em janeiro de 2004, explica aproximadamente um quarto do valor absoluto deste aumento. Desde abril do ano passado, quando se iniciou o compartilhamento da Cide, o Tesouro repassou aos outros entes o total de R\$ 1,6 bilhão. Quanto às transferências constitucionais, a arrecadação do IR e IPI do terceiro decêndio de dezembro de 2004 e primeiro e segundo decêndios deste ano, base de cálculo dos repasses de janeiro deste ano (conceito caixa), justificam o aumento de 28,2% relativamente à transferência de janeiro do ano passado.

A redução de 18,5% no déficit da Previdência, em termos nominais, foi o principal destaque do primeiro mês deste ano e está associada ao crescimento relativamente maior das receitas.



As despesas do Tesouro Nacional cresceram 13,7% relativamente às verificadas em janeiro de 2004 (aproximadamente 5,5% maior em termos reais, ou seja, um valor próximo ao crescimento esperado do PIB). Os gastos com

pessoal e encargos aumentaram 7,4% como reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial e da reestruturação de algumas carreiras estratégicas. As despesas com custeio e capital cresceram 22,8%, tendo contribuído para isso o crescimento dos benefícios assistenciais, notadamente LOAS e RMV (25,1%) e outras despesas de custeio e capital (29,6%).

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 2,5 bilhões em janeiro, contra R\$ 3,0 bilhões no mesmo mês do ano anterior. A redução do déficit do mês está relacionada ao comportamento da receita – aumento do teto de contribuição em janeiro de 2004, com efeitos a partir de fevereiro, e recuperação do emprego formal. Além disso, em janeiro do ano passado houve o repasse das contribuições sobre o décimo-terceiro salário para terceiros (Sesi, Senai, Sesc etc), ao passo que este ano esse repasse está programado para fevereiro. Isso contribuiu para melhoria de aproximadamente R\$ 480,0 milhões na receita da Previdência, a ser compensada no próximo mês. Por outro lado, as despesas de janeiro de 2005 cresceram 18,5% em relação a janeiro do ano passado, devido à incorporação do aumento do salário-mínimo e reajuste dos demais benefícios, além do aumento na quantidade de benefícios concedidos, notadamente auxílio-doença (26,3%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	5,8	8,0	37,6%
Benefícios	8,9	10,5	18,5%
Resultado Primário	-3,0	-2,5	-18,5%

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 33,7 bilhões em janeiro de 2004, inferior R\$ 1,6 bilhão em relação a dezembro de 2004. Dentre os fatores que explicam esse comportamento, destacam-se: i) a ocorrência de quatro semanas de fatos geradores em janeiro de 2005, contra cinco semanas no mês anterior, afetando a arrecadação de CPMF, IOF e IRRF; ii) a menor arrecadação de IRRF-Rendimentos do Trabalho, decorrente do recolhimento, em dezembro, referente à tributação do 13º salário; e iii) o recolhimento, também no mês de dezembro, do imposto relativo a aplicações financeiras em fundos, apurado com base nos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 2004, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.892/2004, que alterou a apuração para semestral, com recolhimento nos meses de junho e dezembro

Por outro lado, alguns tributos apresentaram incremento, decorrente basicamente de fatores sazonais, com destaque para os seguintes eventos: i) maior volume de vendas no último mês do ano passado que influenciou a positivamente os recolhimentos no mês de janeiro do IRPJ e CSLL pagos por estimativa, da Cofins, do PIS e do IPI-Outros; e ii) pagamento da primeira cota ou cota-única do IRPJ e CSLL, relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em janeiro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 33,7 bilhões, um valor R\$ 1,6 bilhão inferior à arrecadação de dezembro de 2004.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 4,1 bilhões, representando redução de R\$ 302,4 milhões em relação ao mês anterior. Este comportamento tem como principais fatores: i) a redução de R\$ 874,4 milhões na arrecadação da Contribuição para o Plano de Segurança do Servidor (CPSS) – decorrente do fato de a base para o cálculo da contribuição, no mês de dezembro, incluir o 13º salário; e ii) diminuição de R\$ 896,1 milhões nos recolhimentos relativos a dividendos. Parte dessa redução foi neutralizada pelo ingresso referente à arrecadação trimestral da participação especial da Cota-Parte de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural, que superou em R\$ 1,5 bilhão a arrecadação registrada do mês anterior.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, 2004/2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ	JAN
Demais	4.408,5	4.106,1
Cota parte	648,6	2.123,2
Plano do Servidor (CPSS)	1.079,9	201,6
Diretamente Arrecadada	900,0	1.128,7
Dividendos da União	982,5	86,4
Parcelamento Único	237,7	240,5
Concessões	207,7	124,9
Outras	352,0	200,9

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 4,1 bilhões (14,0%), quando comparado a janeiro de 2004, passando de R\$ 29,5 bilhões para R\$ 33,7 bilhões. Esse crescimento está associado, dentre outros fatores, à arrecadação atípica de IPI decorrente de auto de infração no mês de janeiro de 2005, à incidência da Cofins, a partir de maio de 2004, sobre produtos importados, ao aumento da alíquota da CSLL referente a prestadoras de serviços.

A arrecadação das demais receitas apresentou crescimento de R\$ 733,3 milhões, em relação janeiro do ano anterior, decorrente, em boa medida, do maior recolhimento da participação especial da Cota-Parte de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo que os observados no começo do ano de 2004.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		
Decêndio	DEZ	JAN
Terceiro Decêndio	4.220,6	7.096,8
Primeiro Decêndio	4.484,5	2.703,1
Segundo Decêndio	2.362,9	2.645,1
Total	11.068,1	12.445,0

Em janeiro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 7,4 bilhões, contra R\$ 6,3 bilhões no mês anterior. Parte desse acréscimo (R\$ 616,2 milhões) está associada a fatores sazonais que afetaram as bases de cálculo das transferências dos fundos de participação (FPE e FPM). Com efeito, a primeira parcela das transferências de janeiro reflete o recolhimento do último decêndio de dezembro. Ademais, foram transferidos R\$ 465,5 milhões relativos à Cide, referentes à arrecadação apurada no trimestre encerrado em dezembro, conforme disposto na Lei nº 10.866/2004.

Comparativamente a janeiro de 2004, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo da ordem de R\$ 1,9 bilhão (34,9%). Destaca-se a evolução das transferências dos fundos de participação que, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas (IR e

IPI), superaram em R\$ 1,3 bilhão (aumento de 28,2%) as transferências realizadas no mesmo mês do ano passado. Por outro lado, as transferências da Cide não têm correspondência no ano anterior, já que a Lei nº 10.866/2004 que as estabelece foi regulamentada em abril de 2004.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 15,1 bilhões em janeiro, contra R\$ 24,4 bilhões no mês anterior. A queda de R\$ 9,3 bilhões (38,1%) é essencialmente de natureza sazonal.

A redução dos dispêndios com pessoal e encargos sociais, de R\$ 11,0 bilhões, em dezembro, para R\$ 8,2 bilhões, em janeiro, reflete o pagamento de 13º salário do funcionalismo público do Poder Executivo, realizado naquele mês, sem equivalente no primeiro mês de 2005, além da concentração de despesas relativas às férias dos servidores. Tal queda ocorreu a despeito do impacto no caixa do Tesouro Nacional, em janeiro, dos seguintes pagamentos: i) décima segunda parcela relativa ao reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União (Medida Provisória nº 2.169, de 24/08/01), cujo montante liberado foi de R\$ 437,0 milhões, e ii) quinta parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à isonomia em reajustes concedidos ao Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995, com montante liberado de R\$ 175,4 milhões.

Os dispêndios com custeio e capital atingiram R\$ 6,9 bilhões, contra R\$ 13,3 bilhões no mês anterior, em linha com o caráter sazonal desse agregado, com maior concentração nos últimos meses do ano. No âmbito do Programa de Operações Oficiais de Crédito, verificou-se despesa de R\$ 63,8 milhões no mês em análise contra R\$ 1,9 bilhão em dezembro. Tal variação pode ser explicada, em especial, pela despesa em dezembro, associada à securitização da dívida agrícola com base na Lei nº 9.138/1995 e legislação posterior.

Boxe 1 – Decreto de Programação Financeira

Em face da necessidade de assegurar o cumprimento da meta de resultado primário, foi publicado o Decreto nº 5.356, de 27/01/05, que estabeleceu os limites de execução para custeio e investimentos em 12% e 8%, respectivamente, das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2005. Ficaram ressalvadas as despesas que não podem se sujeitar aos limites estabelecidos, seja pelo caráter impositivo de sua realização ou porque constituem obrigações constitucionais ou legais. Tais limites vigorarão até a publicação do Decreto que disporá sobre o cronograma relativo à programação orçamentária e financeira para o exercício, conforme prevê o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	4.433,7	5.685,6
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	-	465,5
Desoneração do ICMS	283,3	358,3
Demais	765,2	886,7
Total	5.482,3	7.396,1

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2004/2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ	JAN
Pessoal e Encargos	11.008,8	8.171,3
Custeio e Capital	13.290,0	6.906,3
Despesas do FAT	1.098,3	615,1
Subsídios e Subvenções	2.066,5	120,6
LOAS/RMV (1)	661,9	617,5
Outras	9.463,3	5.553,0
Transferência ao Bacen	72,7	8,6

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2004/2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ	JAN
Agricultura	566,4	53,1
Custeio Agropecuário	8,1	1,3
Investimento Rural	21,7	0,0
Preços Agrícolas	156,9	80,0
- EGF	0,1	0,0
- AGF	146,6	78,0
- Sustentação de preços	10,2	2,0
Pronaf	280,3	-28,2
Pesa	99,4	0,0
Outros	1.310,2	10,7
Securitização	1.109,1	0,0
Exportação (Proex)	132,56	3,3
Fundo da Terra/Incra	68,5	7,4
Total	1.876,6	63,8

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 615,1 milhões, frente a R\$ 1,1 bilhão em dezembro, sendo a queda explicada pela concentração dessas despesas no segundo semestre do ano.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Em janeiro de 2005, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 1,8 bilhão em relação a 2004. Destaca-se, em especial, o incremento R\$ 1,3 bilhão (22,8%) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 565,2 milhões (7,4%) nos gastos com pessoal e encargos sociais.

A elevação das despesas com pessoal e encargos sociais é decorrente do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, ao longo de 2004, e do reajuste dos servidores públicos federais, com impacto a partir de agosto desse mesmo ano.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	7.606,1	8.171,3
Custeio e Capital	5.622,1	6.906,3
Despesas do FAT	604,3	615,1
Subsídios e Subvenções	239,0	120,6
LOAS/RMV	493,5	617,5
Outras	4.285,3	5.553,0
Transferência ao Bacen	37,1	8,6

O crescimento nominal dos dispêndios com custeio e capital é explicado, principalmente, pelo aumento observado nas despesas discricionárias (R\$ 1,3 bilhão) e com LOAS/RMV (R\$ 124,0 milhões). Para o crescimento da despesa com LOAS/RMV contribuiu a entrada em vigor, em janeiro de 2004, com efeito financeiro a partir de fevereiro, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01/10/2003), que alterou a idade mínima para recebimento do benefício da LOAS, de 67 para 65 anos, e excluiu do cálculo da renda familiar per capita, o benefício percebido no âmbito da LOAS.

Foram pagos, em janeiro, 11,3% do total de restos a pagar (RP) inscritos.

Com relação aos restos a pagar (RP), foram inscritos para 2005 o montante de R\$ 10,9 bilhões, dos quais R\$ 6,2 bilhões correspondem a investimentos. Desses restos a pagar, foi pago em janeiro R\$ 1,2 bilhão, equivalente a 11,3% do total inscrito (menos cancelamentos), dos quais R\$ 262,4 milhões se referem a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 4,3%, superior ao observado em janeiro de 2004 (3,5%).

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Agricultura	128,5	53,1
Custeio Agropecuário	13,5	1,3
Investimento Rural	0,0	0,0
Preços Agrícolas	17,6	80,0
- EGF	2,1	0,0
- AGF	0,5	78,0
- Sustentação de preços	15,0	2,0
Pronaf	97,4	-28,2
Outros	17,1	10,7
Habitação (PSH)	26,3	0,0
Exportação (Proex)	-8,21	3,3
Fundo da Terra/Incra	-0,9	7,4
Total	145,7	63,8

No primeiro mês de 2005, os gastos com subsídios e subvenções econômicas corresponderam a R\$ 120,6 milhões, contra R\$ 239,0 milhões em janeiro do ano anterior, não obstante o aumento no volume de recursos ao Programa Aquisição do Governo Federal –AGF (R\$ 77,5 milhões), ao Programa de Financiamento das Exportações – Proex (R\$ 11,5 milhões) e ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra (R\$ 8,3 milhões).

O resultado primário do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em janeiro foi deficitário em R\$ 2,5 bilhões, enquanto que em dezembro de 2004 registrou-se déficit de R\$ 6,6 bilhões. Essa redução do déficit primário é explicada principalmente pelo pagamento em dezembro dos benefícios referentes ao 13º salário dos aposentados e pensionistas: o valor total dos benefícios previdenciários pagos em dezembro foi de R\$ 19,9 bilhões, contra R\$ 10,5 bilhões em janeiro.

Previdência Social

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

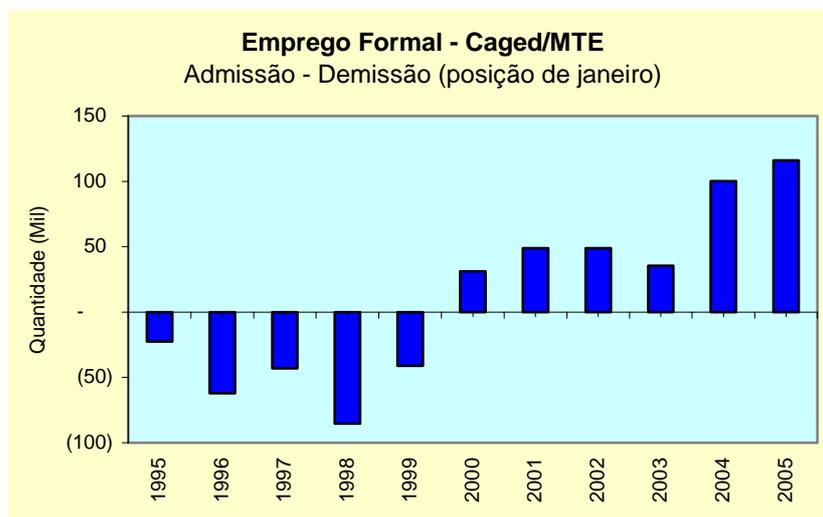
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	JAN 2004	DEZ 2004	JAN 2005
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	5.850,0	13.318,7	8.047,0
Arrecadação Bruta	6.841,4	14.190,0	8.526,4
- Contribuição Previdenciária	6.298,5	13.518,4	7.605,0
- Simples	393,4	465,1	525,2
- CFT	36,2	68,9	0,0
- Depósitos Judiciais	94,8	83,9	350,2
- Refis	18,5	35,8	34,2
- Outras Receitas	0,0	17,8	11,7
(-) Restituição/Devolução	-42,5	-25,7	-10,5
(-) Transferências a Terceiros	-948,9	-845,6	-468,9
II. BENEFÍCIOS	8.856,8	19.922,2	10.497,6
Benefícios Previdenciários	8.856,8	19.922,2	10.497,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.006,8	-6.603,5	-2.450,6
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-2,24%	-4,18%	-1,60%

Em janeiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,5 bilhões.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 8,0 bilhões no mês de janeiro, representando redução de 39,6% frente aos ingressos líquidos em dezembro de 2004, os quais refletem o recolhimento da contribuição incidente sobre o 13º salário. Destaca-se, em janeiro, a arrecadação de depósitos judiciais no montante de R\$ 350,2 milhões.

Em relação a janeiro de 2004, a arrecadação líquida apresentou aumento de 37,6%. Tal comportamento deveu-se: i) à elevação do teto previdenciário, aprovado pela Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/2003, que passou de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00 a partir de janeiro de 2004, porém com impacto no caixa do mês de fevereiro; ii) ao comportamento das transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros), já que em 2004 o repasse das contribuições sobre o 13º salário foi efetuado no mês de janeiro, e neste ano ocorrerá no mês de fevereiro: este efeito representa uma redução de R\$ 480,1 milhões; e iii) ao comportamento do emprego no setor formal, que segundo os dados do Caged,

registrou a criação de 116,0 mil novos postos no mês de janeiro de 2005, 15,8% superior a janeiro de 2004.



Ainda em relação a janeiro de 2004, as despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 1,6 bilhão, representando incremento de 18,5%, em virtude do crescimento de: i) 7,1% no valor médio dos benefícios pagos, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso; e ii) 1,2 milhão na quantidade mensal de benefícios pagos, equivalente à cerca de 5,6% no estoque.

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JANEIRO**

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	21,9	23,1	5,6%
Valor médio**	416,2	445,8	7,1%

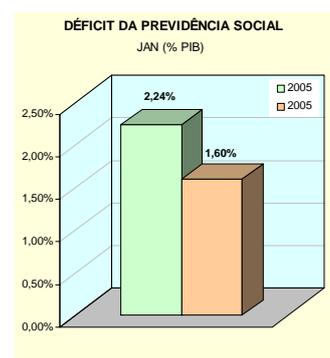
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

No estoque de benefícios do primeiro mês de 2005, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, destacam-se os aumentos de 454,7 mil aposentadorias (3,7%), 283,1 mil benefícios de auxílio-doença (26,3%) e 366,3 mil nas despesas de Loas (21,4%). No caso específico do benefício assistencial para o idoso, o aumento é explicado pela vigência do Estatuto do Idoso, que alterou as regras para a concessão do benefício, e entrou em vigor em janeiro de 2004, mas cujo efeito pleno foi observado ao longo dos meses seguintes. A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

	Em mil benefícios	
	JAN	JAN
	2004	2005
TOTAL	21.866	23.099
PREVIDENCIÁRIOS	18.795	19.695
Aposentadorias	12.174	12.628
Idade	6.193	6.462
Invalidez	2.422	2.530
Tempo de contribuição	3.558	3.636
Pensão por morte	5.482	5.634
Auxílio - doença	1.076	1.359
Salário - maternidade	41	46
Outros	23	27
ACIDENTÁRIOS	736	754
Aposentadorias	130	137
Pensão por morte	130	130
Auxílio - doença	117	129
Auxílio - acidente	265	266
Auxílio - suplementar	94	91
ASSISTENCIAIS	2.335	2.640
Amparos Assistenciais - LOAS	1.711	2.077
Idoso	671	943
Portador de deficiência	1.039	1.134
Pensões mensais vitalícias	18	17
Rendas mensais vitalícias	607	546

Como resultado do desequilíbrio entre despesa e receita, o déficit primário do RGPS no mês totalizou R\$ 2,5 bilhões, inferior em R\$ 556,2 milhões ao apresentado no mês de janeiro de 2004, devido, principalmente, ao comportamento da arrecadação líquida.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em janeiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 408,8 bilhões, equivalentes a 23,0% do PIB dos últimos doze meses. Comparado a dezembro, houve redução de R\$ 1,4 bilhão, explicada pela apreciação cambial no mês e pela redução do estoque em dólar, refletindo-se no comportamento da dívida externa líquida, cujo saldo em moeda nacional caiu R\$ 4,8 bilhões. Quanto à dívida interna líquida, o aumento de R\$ 3,4 bilhões é explicado, em grande medida, pela emissão líquida em janeiro, bem como pela apropriação de juros nominais.

Em janeiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 408,8 bilhões, equivalente a 23,0% do PIB.

TABELA 4			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2004/2005			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004		2005
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	163.739	210.307	213.658
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	708.313	799.218	815.449
Dívida Contratual da STN	-411.555	-438.989	-449.179
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-133.020	-149.921	-152.612
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	228.439	199.892	195.129
Dívida Mobiliária em Poder do Público	178.835	160.369	157.408
Títulos Depositados em Garantia	-3.798	-3.674	-3.798
Dívida Contratual	53.766	43.574	41.961
Disponibilidades	-365	-377	-442
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	392.178	410.199	408.786
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,0%	23,3%	23,0%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em relação a janeiro de 2004, a dívida líquida em proporção do PIB está 2,0 pontos percentuais inferior à verificada naquele mês. Essa queda está associada à redução do estoque da dívida externa líquida, em virtude dos resgates, amortizações e da apreciação cambial verificada no período.

Dívida Interna Líquida

O valor da dívida interna líquida do Tesouro em janeiro foi de R\$ 213,7 bilhões, superando em R\$ 3,4 bilhões o saldo apurado no mês anterior. Esse aumento deveu-se, principalmente, à emissão líquida de títulos em mercado, da ordem de R\$ 3,9 bilhões, e à incorporação por competência dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna. Os haveres contratuais líquidos tiveram incremento de R\$ 12,9 bilhões, explicado pela variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (0,33%), IGP-M (0,39%) e TR (0,19%), e pelo aumento do saldo de arrecadação a recolher, referente a tributos federais disponíveis na rede bancária no último dia do mês.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004		2005
	JAN	DEZ	JAN
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	163.739	210.307	213.658
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	708.313	799.218	815.449
LFT	436.105	448.720	477.177
LTN	92.175	159.842	151.279
NTN-C	61.664	78.741	78.061
NTN-D	29.610	11.773	7.936
Demais	66.911	72.283	73.054
Dívida Securitizada	19.806	25.448	25.360
TDA	2.043	2.411	2.582
DÍVIDA CONTRATUAL	-544.575	-588.911	-601.791
<i>Tesouro Nacional</i>	-411.555	-438.989	-449.179
Dívida Bancária	25.644	25.090	25.070
Lei nº 7.976/89	-9.778	-7.732	-7.547
Lei nº 8.727/93	-47.775	-48.044	-48.065
Lei nº 9.496/97	-213.702	-242.219	-242.600
Renegociação Dívida Municipais	-31.091	-36.180	-36.337
Demais Haveres da STN	-134.853	-129.905	-139.701
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-133.020	-149.921	-152.612
FAT	-91.709	-102.752	-105.573
Demais Entidades	-41.310	-47.169	-47.040
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,2%	45,4%	45,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,7%	-33,5%	-33,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,2%	-24,9%	-25,3%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,4%	12,0%	12,0%

A dívida líquida interna do Tesouro Nacional, em janeiro, superou em R\$ 3,4 bilhões o saldo do mês anterior. Em proporção do PIB manteve-se estável, em 12,0%.

As emissões de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional, em janeiro, totalizaram R\$ 56,9 bilhões, sendo compostas por ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. O montante resgatado foi de R\$ 53,0 bilhões, o que levou a uma emissão líquida de títulos públicos da ordem de R\$ 3,9 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 56,4 bilhões, sendo: i) R\$ 42,2 bilhões em LFT, com vencimentos em fevereiro, novembro e dezembro de 2006 e junho e dezembro de 2007; ii) R\$ 13,4 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2005 e janeiro e julho de 2006; iii) R\$ 617,1 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008; e iv) R\$ 210,8 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009 e 2045.

Do total emitido de LFT, o montante de R\$ 19,2 bilhões refere-se a leilões de troca de títulos de curto prazo por outros mais longos. Essas operações de troca refletem a mudança nas regras de tributação introduzidas pelas Leis nº 11.033 e 11.053, de 21/12/2004 e 29/12/2004, respectivamente, o que incentivou os investidores a aumentarem a participação dos títulos de longo prazo na sua carteira de aplicações.

Emissões e Resgates

O Tesouro Nacional realizou, em janeiro, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 3,9 bilhões.

Já os títulos da DPMFi lançados por meio de emissões diretas totalizaram R\$ 401,2 milhões, sendo principalmente: i) R\$ 243,9 milhões em LFT para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); ii) R\$ 91,9 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); e iii) R\$ 65,3 milhões em NTN-B, permutadas por LFT a preços de mercado.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, JAN/2005

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSOES	56.449,0	401,2	57,2	56.907,4
LFT	42.183,2	243,9	14,8	42.441,9
LTN	13.437,9	0,0	25,1	13.463,1
NTN-B	210,8	65,3	1,8	277,9
NTN-C	0,0	0,0	12,6	12,6
NTN-F	617,1	0,0	2,8	619,9
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	91,9	0,0	91,9
II. RESGATES**	52.030,6	928,6	38,7	52.997,9
LFT	20.520,4	0,0	1,8	20.522,2
LTN	25.854,8	0,0	26,0	25.880,9
NTN-B	106,6	0,0	1,1	107,7
NTN-C	1.441,5	0,0	7,9	1.449,5
NTN-D	3.958,1	0,0	0,0	3.958,1
NTN-F	149,2	0,0	1,8	151,0
TDA	0,0	19,0	0,0	19,0
Securitizada*	0,0	302,4	0,0	302,4
Demais	0,0	607,2	0,0	607,2
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	4.418,4	-527,4	18,5	3.909,5

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

No mês, as emissões do Tesouro atingiram R\$ 56,9 bilhões, das quais R\$ 42,4 bilhões referem-se a LFT e R\$ 13,5 bilhões a LTN.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em janeiro, a venda de títulos do Tesouro Nacional por meio do programa Tesouro Direto apresentou recorde de vendas, atingindo o montante de R\$ 57,2 milhões. Neste mês, o número de investidores cadastrados alcançou 34.413 pessoas.

Quanto à composição das vendas, as LTN apresentaram a maior participação no volume vendido, atingindo 43,9% do total, enquanto as LFT representaram 25,9% e as NTN-C 22,1%. Esse resultado mantém a tendência verificada nos últimos meses, de maior participação das LTN no total vendido.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet (Tesouro Direto) totalizaram R\$ 57,2 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 25,1 milhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2005 e janeiro e julho de 2006; ii) R\$ 14,8 milhões em LFT, com vencimentos em janeiro de 2006 e 2007; iii) R\$ 12,6 milhões em NTN-C, com vencimentos em março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro 2031; iv) R\$ 2,8 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008; e v) R\$ 1,8 milhão em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045.

O volume total resgatado de títulos públicos, em janeiro, atingiu R\$ 53,0 bilhões, sendo R\$ 52,9 bilhões decorrentes do pagamento de principal e juros da dívida e R\$ 94,5 milhões referentes a cancelamentos, dos quais R\$ 87,9 milhões referem-se a LFT e R\$ 6,3 milhões a títulos da dívida securitizada, ambos aceitos no leilão de NTN-B.

No que tange à composição da DPMFi, observou-se aumento na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 2,36 pontos percentuais, devido à emissão líquida de LFT no valor de R\$ 21,9 bilhões. Houve redução na participação dos títulos prefixados em 1,39 ponto percentual, decorrente do resgate líquido de LTN, no valor de R\$ 12,4 bilhões, e de 0,56 ponto percentual dos títulos indexados ao câmbio, devido ao resgate líquido de NTN-D, no valor de R\$ 4,0 bilhões.

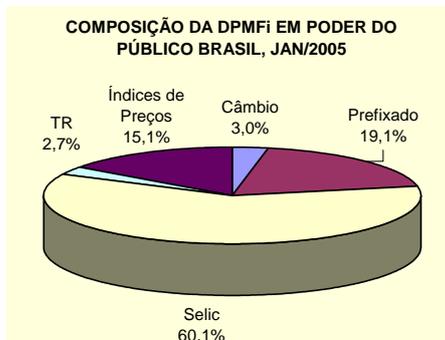
Os resgates líquidos de LTN, em janeiro, são de natureza sazonal, em virtude da concentração de vencimentos desse título no início de cada trimestre. Dessa forma, é esperado que esse movimento seja revertido nos próximos meses.

Composição

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2004/2005

INDEXADOR	2004		2005
	JAN	DEZ	JAN
Selic	63,67	57,77	60,13
Câmbio	6,81	3,53	2,97
Prefixados	13,23	20,46	19,07
Índices de Preços	14,48	15,51	15,13
TR	1,79	2,73	2,69

* Não inclui dívida agrícola.



Em janeiro, os títulos remunerados pela taxa Selic aumentaram sua participação na DPMFi em 2,36 pontos percentuais, devido à emissão líquida de LFT, no valor de R\$ 21,9 bilhões.

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

O Tesouro Nacional realizou leilões de Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B), remuneradas pelo IPCA, e Notas do Tesouro Nacional – série C (NTN-C), remuneradas pelo IGP-M, visando fortalecer o mercado de títulos públicos indexados a índices de preços.

O leilão de NTN-B ocorreu nos dias 13 e 14 de janeiro, com liquidação financeira no dia 17 do mesmo mês. O montante vendido foi de aproximadamente R\$ 210,8 milhões, tendo sido recebidos R\$ 182,9 milhões em dinheiro (86,8%) e R\$ 27,9 milhões em troca por outros títulos (13,2%). Os vencimentos ofertados foram 2006, 2009, 2024 e 2045, sendo estes últimos os que apresentaram maior participação, representando 88,4% do total vendido. Os títulos com vencimento em 2006 foram vendidos à taxa de 8,82% a.a., os que vencem em 2009 com taxa de 8,86% a.a., enquanto os títulos com vencimentos em 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 8,90% a.a. e 9,10% a.a., respectivamente.

Conforme o cronograma de janeiro, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 28 e 31 de janeiro, com liquidação financeira em 1^º de fevereiro de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 365,7 milhões, sendo que 83,8% corresponderam à venda em dinheiro (R\$ 306,5 milhões), e os 16,2% restantes à parcela recebida em títulos (R\$ 59,2 milhões). Os vencimentos ofertados foram 2017, 2021 e 2031, sendo que a taxa de venda foi de 8,30% a.a. para todos os títulos. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi a mais demandada, representando 70,7% do total negociado.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público passou de 15,54% a.a., em dezembro, para 16,05% a.a., em janeiro. A principal causa dessa elevação foi a menor apreciação cambial em relação ao mês anterior (2,79%, em dezembro, contra 1,12%, em janeiro), que aumentou o custo da NTN-D em 15,8 pontos percentuais.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005

		(% anual)	
PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
	2000	17,45	17,64
	2001	17,00	16,79
	2002	21,00	27,62
	2003	22,91	18,41
2004	Jan	17,67	18,78
	Fev	17,66	16,20
	Mar	17,36	16,64
	Abr	17,61	18,61
	Mai	17,13	21,97
	Jun	17,43	16,60
	Jul	17,57	15,04
	Ago	17,24	14,55
	Set	16,22	13,96
	Out	15,29	14,90
	Nov	17,49	14,16
	Dez	17,37	15,54
	2004	17,17	16,39
2005	Jan	16,93	16,05

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

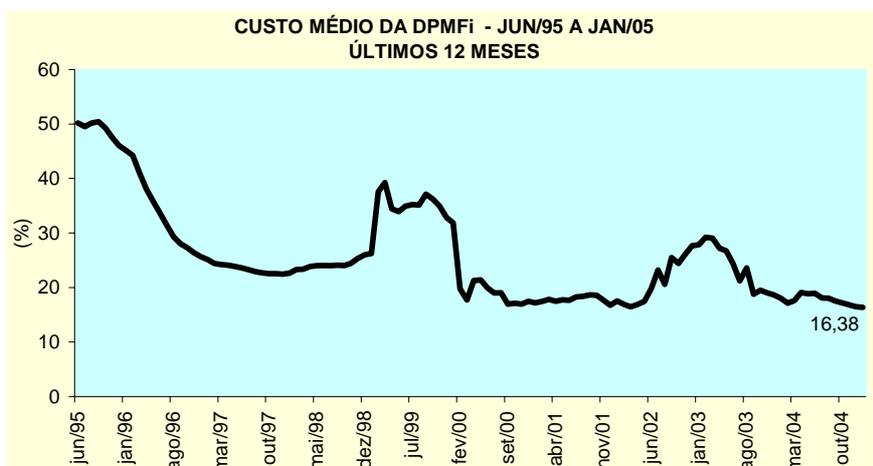
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em virtude da menor apreciação cambial em janeiro, o custo médio da DPMFi aumentou 0,51 ponto percentual. Excluído o efeito cambial, verifica-se uma redução da ordem de 0,44 ponto percentual do custo médio.

Excluindo-se o efeito dos títulos cambiais, o custo médio da DPMFi apresentou redução, tendo passado de 17,37% a.a., em dezembro, para 16,93% a.a., em janeiro. Este movimento decorreu, em boa medida, do efeito da queda dos índices de preços no período sobre o custo da NTN-B e NTN-C, já que o IPCA passou de 0,86% para 0,58% e o IGP-M alcançou 0,39%, ante 0,74% no mês anterior.

O custo médio da DPMFi acumulado em doze meses atingiu 16,38% em janeiro, menor percentual de toda a série histórica, iniciada em junho de 1995.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses apresentou redução, passando de 16,51% a.a., em dezembro, para 16,38% a.a., em janeiro. Este decréscimo foi resultado, principalmente, da redução observada nos índices de preços (IPCA e IGP-M), já citada anteriormente. Esse é o menor percentual observado de toda a série histórica, que teve início em junho de 1995.



No mês de janeiro, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou aumento de 0,44 mes, tendo alcançado 28,73 meses, ante 28,29 meses em dezembro. Este movimento foi ocasionado pela elevação de 4,37 meses no prazo médio da NTN-D, em decorrência do resgate de R\$ 4,0 bilhões desses títulos, além da emissão de LTN, com prazo de 11,56 meses, e LFT, com prazo de 26,99 meses, superiores aos prazos médios de estoque desses títulos em dezembro (5,20 meses e 17,34 meses, respectivamente).

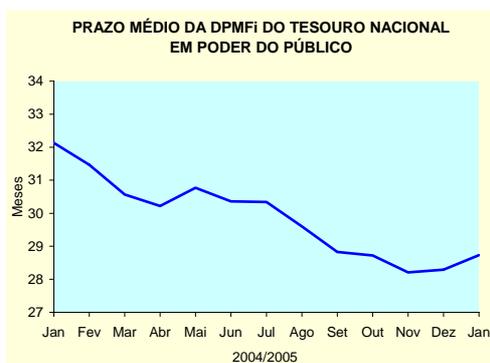
Prazo Médio

O prazo médio da DPMFi aumentou 0,44 mês frente ao registrado em dezembro.

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005**

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2004	Jan	32,13	24,79
	Fev	31,47	24,17
	Mar	30,57	23,37
	Abr	30,22	22,69
	Mai	30,77	23,57
	Jun	30,36	23,24
	Jul	30,34	23,23
	Ago	29,60	22,42
	Set	28,83	21,60
	Out	28,72	21,65
	Nov	28,21	21,18
	Dez	28,29	20,69
2005	Jan	28,73	21,41

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005**

TÍTULOS	Meses		
	2004 JAN	2004 DEZ	2005 JAN
LTN	7,53	5,20	5,79
LFT	22,60	17,34	17,84
NTN-B	117,33	104,95	104,41
NTN-C	69,22	68,45	68,73
NTN-D	12,28	11,69	16,06
TDA	61,27	64,24	64,86
Dívida Securitizeda*	59,32	78,98	78,77
Demais	107,49	95,96	95,20
TOTAL	32,13	28,29	28,73

(*) Inclui dívida agrícola.

O estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, no mês de janeiro de 2005, apresentou decréscimo de 2,4%, resultado, em grande medida, da apreciação do real frente ao dólar. Adicionalmente, o saldo da dívida, expresso em moeda norte-americana, registrou diminuição de 1,48%, devido à apreciação do dólar frente ao euro e ao iene, moedas que também compõem a dívida externa do país.

Dívida Externa Líquida

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional reduziu-se em R\$ 4,8 bilhões, em virtude da apreciação do real frente ao dólar, bem como da redução do estoque expresso em termos da moeda norte-americana.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004		2005
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	178.835	160.369	157.408
Bônus de Renegociação	48.166	38.358	37.930
Bônus de Captação	130.670	122.011	119.478
II. DÍVIDA CONTRATUAL	53.766	43.574	41.961
Organismos Multilaterais	29.894	25.456	24.307
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.456	8.415	8.309
Clube de Paris	14.416	9.703	9.344
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	232.602	203.943	199.368
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.798	-3.674	-3.798
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-365	-377	-442
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	228.439	199.892	195.129
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,6%	11,4%	11,0%

O serviço da DPFe, em janeiro, totalizou R\$ 2,6 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 758,0 milhões ao pagamento de principal, sendo que R\$ 730,7 milhões referem-se a Organismos Multilaterais. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,7 bilhão) deveu-se aos pagamentos referentes à dívida mobiliária.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JAN/2005

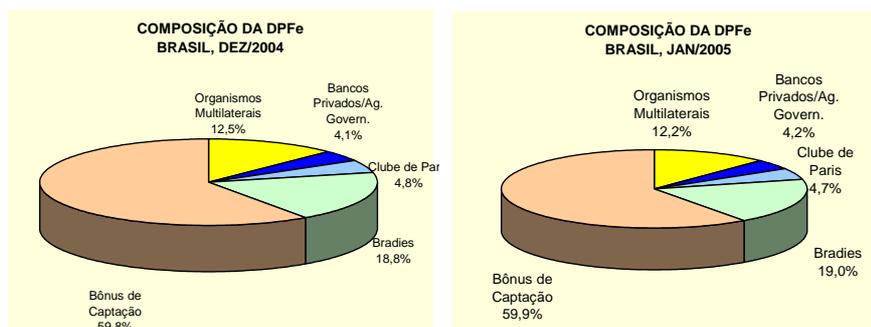
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	758,0	1.795,4	2.553,4
I.1. Organismos Multilaterais	730,7	47,8	778,5
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	27,3	3,0	30,3
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	1.744,6	1.744,6
EURO 2011	0,0	335,8	335,8
GLOBAL 2005	0,0	130,8	130,8
GLOBAL 2006	0,0	208,8	208,8
GLOBAL 2007	0,0	135,9	135,9
GLOBAL 2007A	0,0	228,4	228,4
GLOBAL 2012	0,0	186,7	186,7
GLOBAL 2014	0,0	177,8	177,8
GLOBAL 2020	0,0	173,3	173,3
GLOBAL 2034	0,0	167,1	167,1

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,6 bilhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, no mês de janeiro, houve queda na participação dos Organismos Multilaterais (0,29 ponto percentual) e do Clube de Paris (0,07 ponto percentual), em virtude da amortização destas dívidas, o que resultou num aumento da participação dos Bônus de Renegociação (0,22 ponto percentual) e dos Bônus de Captação (0,10 ponto percentual).

Composição



O saldo devedor junto aos Organismos Multilaterais teve sua participação no conjunto da DPFe reduzida em 0,29 ponto percentual, em virtude das amortizações ocorridas em janeiro.

O prazo médio da dívida mobiliária externa passou de 5,89 anos em dezembro, para 5,87 anos em janeiro. Esta pequena variação decorreu da aproximação das datas de vencimento dos títulos.

Prazo e Custo Médios

No que diz respeito ao custo médio em dólares, verificou-se estabilidade deste indicador em relação a dezembro (9,07% a.a.).

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005
	JAN	DEZ	JAN
PRAZO MÉDIO (ANOS)	5,74	5,89	5,87
Bônus de Renegociação	5,58	5,52	5,43
Bônus de Captação	5,80	6,00	6,01
Globais	6,53	7,05	7,03
Euros	3,40	3,08	3,06
Demais	2,81	2,06	1,97
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,94	9,08	9,07
Bônus de Renegociação	4,87	5,47	5,47
Bônus de Captação	10,44	10,21	10,22
Globais	10,79	10,59	10,59
Euros	10,28	9,95	9,95
Demais	6,04	6,08	6,06

* Custo Médio em dólares.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 9,07% a.a. e prazo médio de 5,87 anos, em janeiro.

Boxe 4 – Brasil emite título de 20 anos no exterior

O Brasil retornou, no último dia 31 de janeiro, ao mercado internacional por meio da emissão do *Global 2025*. Nesta segunda emissão externa de 2005 foram captados USD 1,25 bilhão, dando continuidade ao programa de financiamento externo iniciado ainda no ano passado.

O título, que pagará cupom anual de 8,75% a.a., foi emitido ao preço de 98,61% do seu valor de face, resultando, assim, em rentabilidade ao investidor de 8,90% a.a.. O *spread* ficou 431 pontos base acima do título de referência do Tesouro Americano com vencimento em fevereiro de 2025.

Destaca-se que esta foi a maior operação desde janeiro do ano passado, quando o governo captou USD 1,5 bilhão com vencimento em 2034. Já em relação ao último *Global* emitido (em outubro de 2004 e com prazo de 15 anos), a atual emissão obteve *spread* 61 pontos básicos abaixo do observado naquela ocasião, refletindo a grande aceitação do mercado internacional pelos títulos brasileiros.

Com esta colocação, as emissões programadas para 2005 já somam aproximadamente USD 3,4 bilhões, restando USD 2,6 bilhões para completar o total programado para 2005 (de até US\$ 6,0 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
I. RECEITA TOTAL	34.881,5	31.615,2	33.132,2	35.055,0	33.120,8	33.621,4	35.130,5	33.812,2	34.807,5	36.281,2	34.076,2	48.154,4	41.416,7
I.1. Receitas do Tesouro	28.957,7	24.412,8	25.889,5	27.765,5	25.757,9	25.622,7	27.527,5	26.134,9	27.246,3	28.410,2	26.258,7	34.703,0	33.304,5
I.1.1 Receita Bruta	29.527,2	24.742,3	26.641,9	28.448,6	26.628,2	28.026,6	29.433,9	27.675,9	28.226,2	30.355,4	27.428,5	35.274,6	33.668,5
- Impostos	12.708,7	10.258,4	11.241,0	12.559,4	10.134,3	11.116,4	12.033,3	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9
- Contribuições	13.445,7	11.500,7	12.228,4	12.549,2	13.339,6	14.196,6	13.554,7	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5
- Demais	3.372,8	2.983,2	3.172,4	3.339,9	3.154,3	2.713,6	3.845,9	3.105,2	2.671,8	4.228,6	3.764,8	4.408,5	4.106,1
I.1.2. (-) Restituições	-569,6	-329,5	-752,4	-683,1	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.850,0	7.112,8	7.138,2	7.198,2	7.275,8	7.899,9	7.509,3	7.583,4	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0
I.3. Receitas do Banco Central	73,9	89,6	104,5	91,2	87,0	98,7	93,7	94,0	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.482,3	6.220,1	4.930,8	5.430,1	6.602,3	4.210,9	5.316,6	6.033,5	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	4.433,7	4.843,3	3.938,9	4.357,9	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	0,0	404,2	1,1	8,7	254,8	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5
II.4. Demais	765,2	1.093,5	708,6	384,8	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.399,3	25.395,1	28.201,4	29.624,8	26.518,5	29.410,5	29.813,9	27.778,7	29.743,9	30.577,2	27.855,7	41.811,6	34.020,6
IV. DESPESA TOTAL	22.199,7	21.151,8	22.048,4	22.500,9	22.788,0	23.765,5	26.224,7	24.357,9	25.127,2	25.877,7	26.135,2	44.565,7	25.666,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.606,1	6.417,0	6.625,1	6.076,9	6.322,1	6.888,8	7.913,6	6.576,0	7.067,8	7.119,6	8.106,9	11.008,8	8.171,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.856,8	9.090,1	8.628,4	9.286,5	9.418,9	9.940,1	9.920,1	10.154,0	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6
IV.3. Custeio e Capital	5.622,1	5.471,6	6.644,6	6.992,9	6.888,2	6.759,9	8.231,9	7.459,1	7.791,1	8.248,0	7.669,3	13.290,0	6.906,3
IV.3.1. Despesa do FAT	604,3	616,3	660,0	598,0	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1
- Abono e Seguro Desemprego	601,3	593,1	620,3	569,6	780,6	621,4	1.159,3	962,0	1.015,5	946,1	579,3	1.022,5	611,5
- Demais Despesas do FAT	3,0	23,2	39,6	28,4	28,5	26,9	34,3	45,3	41,8	33,5	29,4	75,7	3,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	239,0	338,1	436,5	204,6	313,6	21,7	378,9	518,3	327,4	324,8	452,7	2.066,5	120,6
- Operações Oficiais de Crédito	145,7	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	221,1	277,9	326,6	1.876,6	63,8
- Subvenções aos Fundos Regionais	93,4	100,6	119,2	109,6	235,2	-53,5	75,5	113,4	106,3	47,0	126,2	189,9	56,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (2)	493,5	601,1	531,0	592,5	601,8	652,8	660,0	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.285,3	3.916,1	5.017,2	5.597,8	5.163,7	5.437,1	5.999,4	5.265,6	5.733,1	6.263,7	5.921,4	9.463,3	5.553,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	37,1	48,0	49,6	48,1	45,8	50,9	47,3	45,4	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6
IV.5. Despesas do Banco Central	77,7	125,2	100,6	96,4	113,1	125,7	111,8	123,5	96,4	131,7	132,3	162,6	82,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	7.199,5	4.243,3	6.153,0	7.124,0	3.730,4	5.645,1	3.589,2	3.420,8	4.616,7	4.699,5	1.720,5	-2.754,1	8.354,2
V.1. Tesouro Nacional	10.210,1	6.256,1	7.639,3	9.217,4	5.899,6	7.712,2	6.018,1	6.020,9	7.264,8	7.275,0	4.207,4	3.988,7	10.822,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.006,8	-1.977,3	-1.490,2	-2.088,3	-2.143,1	-2.040,2	-2.410,8	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6
V.3. Banco Central (4)	-3,8	-35,6	3,9	-5,2	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (5)	60,2	174,0	354,4	464,0	395,4	307,3	365,5	228,0	285,3	0,0	0,0	0,0	128,6
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-81,2	421,0	-545,5	-26,7	566,3	-598,3	92,5	117,4	-799,0	815,6	756,4	-355,4	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6)	7.178,5	4.838,3	5.961,9	7.561,3	4.692,2	5.354,0	4.047,2	3.766,2	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	nd
IX. JUROS NOMINAIS (6)	-9.089,8	-5.687,3	-5.759,4	-6.874,3	-9.548,8	-5.023,5	-4.775,3	-5.818,6	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (6)	-1.911,3	-848,9	202,5	687,0	-4.856,6	330,5	-728,1	-2.052,4	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	145,5	144,4	142,0	142,0	140,2	151,1	146,1	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(3) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(5) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(6) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	28.242,9	33.315,9	34.365,2	35.478,1	36.923,5	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.269,8
I.1 - Recolhimento Bruto	20.344,4	24.241,0	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	910,0	1.066,6	1.340,3	1.959,6	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	144,4	193,9	237,5	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	249,7
I.5 - Receita do Salário Educação	315,5	147,5	184,5	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.515,9	7.664,8	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.081,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	12,7	2,2	2,3	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	17,0
II. DESPESAS	33.015,1	27.270,7	33.864,9	28.561,7	35.197,4	29.854,3	34.151,0	34.953,0	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.900,0
II.1 - Liberações Vinculadas	7.148,1	7.547,0	5.883,3	6.763,1	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.862,9	5.162,6	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	316,2	865,8	308,5	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1
II.1.4 - Outras Vinculações	1.685,7	1.235,3	1.094,1	1.141,9	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3
II.2 - Liberações Ordinárias	25.867,0	19.723,6	27.981,6	21.798,7	28.455,2	24.375,7	27.524,0	27.397,1	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.002,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.556,5	6.516,0	6.312,5	6.205,5	6.661,1	7.946,1	6.482,3	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.540,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.133,4	212,3	269,1	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7
i) Dívida Contratual Interna	109,6	121,2	115,8	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7
ii) Dívida Contratual Externa	2.023,8	91,1	153,3	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.662,2	1.203,3	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.464,9	6.509,8	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.821,7	4.978,7	5.580,4	6.486,7	5.531,4	5.878,8	6.500,8	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.615,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	228,2	303,5	217,6	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-4.772,3	6.045,2	500,3	6.916,4	1.726,1	3.694,9	284,3	1.857,4	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.630,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	26.905,3	10.709,0	19.240,8	24.014,6	8.483,0	23.869,0	30.017,8	19.299,8	23.279,7	3.801,9	33.070,1	33.698,5	64.756,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	26.219,8	9.662,3	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	22.511,2	2.879,8	31.238,4	32.267,7	63.495,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	685,5	1.046,7	858,9	2.410,0	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8
V. DESPESAS	23.225,2	8.920,2	25.347,6	3.856,8	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1
V.1 - Amortização da Dívida Interna	22.161,7	9.693,7	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	22.061,6	9.587,3	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0
V.1.2 - Dívida Contratual	100,0	106,3	108,1	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.063,5	-773,5	377,9	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	4.158,2	75,0	-6.479,7	18.783,1	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7	9.225,7	-29.098,7	6.137,7	12.167,9	27.815,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-10.445,2	20.130,7	-23.147,2	39.086,8	-19.065,8	13.797,4	-1.552,0	2.178,1	8.283,3	-34.013,9	-2.594,2	23.375,3	23.771,5

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4
I.1. Emissão de Títulos	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	36,6	198,6	123,7	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	5.501,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0
II.1. Resgate de Títulos	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0
II.2. Encargos da DPMF	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0
III. RESULTADO (I - II)	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	13,5	10,3	6,6	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	173,5	1,9	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	17,6	-4,5	157,1	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,1	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	0,5	0,0	156,9	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	15,0	-5,1	0,0	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0
IV. PRONAF	97,4	80,9	46,9	89,5	57,5	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	-28,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	23,9	21,2	20,0	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	73,4	59,7	26,9	68,3	38,2	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	-35,1
V. PROEX	-8,2	-75,6	70,0	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	-45,7
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	10,3	0,0	49,2	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-18,5	-75,6	20,7	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	-45,7
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	26,3	45,3	35,2	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	-0,9	7,7	-0,4	38,4	-9,4	7,6	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4
XI. TOTAL	145,7	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	221,1	277,9	326,6	1.876,6	14,8

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
I. DÍVIDA INTERNA	163.738,6	168.651,0	182.193,2	186.630,5	162.567,5	165.496,9	160.394,4	164.751,4	171.830,6	174.470,3	182.553,8	210.306,9	213.657,6
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1
Dívida Bancária	25.643,9	25.609,6	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9
INSS	-15.348,0	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8
Lei 7.976/89	-9.778,1	-9.654,4	-9.609,4	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2
Bônus Renegociação	-20.015,8	-19.808,6	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5
Lei 8.727/93	-47.775,1	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9
Lei 9.496/97	-213.702,4	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-31.090,8	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7
Recebíveis das Estatais	-33.541,2	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.631,4
Outros	-44.199,5	-44.044,4	-44.331,7	-44.415,7	-44.469,7	-44.753,6	-45.063,1	-44.923,5	-44.430,3	-44.499,2	-44.657,9	-45.457,0	-45.586,0
Fat	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6
Demais Entidades	-41.310,4	-41.102,4	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.169,0	-47.039,6
Créditos das Operações Oficiais	-13.761,9	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4
Arrecadação a Recolher	-7.986,2	-6.619,6	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-9.829,6
II. DÍVIDA EXTERNA	228.439,2	225.289,6	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6
Dívida Mobiliária	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0
Títulos Depositados em Garantias	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9
Dívida Contratual	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5
Disponibilidades	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	392.177,9	393.940,6	406.670,5	400.920,5	390.745,7	392.584,9	382.153,1	380.018,6	383.640,7	387.301,6	387.979,2	410.199,2	408.786,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,0%	25,0%	25,5%	25,0%	24,1%	23,9%	22,9%	22,5%	22,5%	22,5%	22,3%	23,3%	23,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	48.165,6	47.721,8	47.591,6	45.444,3	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3
Brazil Investment Bond (BIB)	910,8	902,4	855,7	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6
Par Bond (PB)	4.526,6	4.484,9	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8
Discount Bond (DB)	3.946,1	3.909,7	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.510,7	1.496,8	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.232,3	19.055,1	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4
Debt Conversion Bond (DCB)	11.042,0	10.940,2	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8
New Money Bond (NMB)	3.369,7	3.338,6	3.332,6	3.067,3	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7
Eligible Interest (EI)	3.627,5	3.594,1	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	130.669,6	129.441,1	128.995,5	120.870,7	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6
Euro 2004	1.797,4	1.786,0	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1	-	-	-	-	-
Euro 2005	4.541,3	4.512,5	4.435,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1
Euro 2006	2.523,8	2.507,7	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4
Euro 2007	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7
Euro 2009	1.834,1	1.822,5	1.791,4	1.765,6	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5
Euro 2010	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7
Euro 2011	3.668,2	3.645,0	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.523,7	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0
Euro 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0
Eurolibra 2007	804,6	816,7	805,4	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0
Euroliira 2017	1.420,8	1.411,8	1.387,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6
Global 2004	8.822,7	8.741,4	8.725,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2005	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8
Global 2006	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2
Global 2007	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0
Global 2008	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0
Global 2009	5.881,8	5.827,6	5.817,2	5.889,4	6.258,2	6.258,2	6.258,2	6.258,2	6.258,2	6.258,2	6.258,2	6.258,2	6.258,2
Global 2010	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0
Global 2011	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0
Global 2012	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0
Global 2013	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0
Global 2014	-	-	-	-	-	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0
Global 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8
Global 2020	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8
Global 2024	8.748,3	8.667,7	8.652,2	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0
Global 2027	10.293,2	10.198,3	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8
Global 2030	4.705,4	4.662,1	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7
Global 2034	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2
Global 2040	15.167,1	15.027,4	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9
Marco Alemão 2007	1.875,5	1.863,6	1.831,9	1.805,5	1.940,5	1.940,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.858,1	1.850,6	1.751,2
Marco Alemão 2008	1.406,7	1.397,7	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4
Samurai 2006	1.665,7	1.601,4	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.556,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0
Samurai 2007	2.220,9	2.135,1	2.227,1	2.129,5	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9
III. DÍVIDA CONTRATUAL	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	228.439,2	225.289,6	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,6%	14,3%	14,1%	13,4%	14,1%	13,8%	13,3%	12,8%	12,4%	12,4%	11,8%	11,4%	11,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	987.953,5	1.000.121,2	1.023.720,3	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3
I. Dívida em Mercado	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1
Dívida Securitizada	19.805,8	19.958,0	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7
TDA	2.043,2	2.038,8	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9
LTN	92.174,7	100.285,7	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6
LFT	436.104,8	435.157,2	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7
LFT-A	3.626,5	3.636,0	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7
LFT-B	6.415,7	6.347,8	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4
NTN-A	13.233,7	13.139,4	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2
NTN-B	19.576,6	21.210,6	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0
NTN-C	61.664,0	62.588,8	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3
NTN-D	29.610,1	26.019,6	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3
NTN-F	902,9	1.201,2	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1
NTN-I	1.602,0	1.565,2	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5
NTN-P	2.643,0	2.657,3	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2
CFT-A	12.210,2	12.216,5	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3
CFT-D	2.887,4	2.851,8	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7
Demais	3.812,9	3.701,2	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5
II. Dívida com BACEN	279.640,0	285.546,3	289.654,9	284.566,1	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3
LTN	106.415,7	112.126,9	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3
LFT	97.869,0	98.601,4	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4
NTN-D	62.067,1	61.382,4	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3
Demais	13.288,3	13.435,6	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3
Dívida em Mercado/PIB	45,2%	45,3%	46,1%	46,4%	44,7%	44,8%	44,4%	44,2%	44,4%	44,4%	44,5%	45,4%	45,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jan/2004	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2005
I. INTERNA	-133.019,7	-133.676,3	-136.181,4	-137.525,0	-139.385,7	-142.356,5	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.921,3	-152.612,2
Dívida contratual	495,5	490,8	487,3	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9
FAT	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6
Aplicações financeiras	-4.127,7	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1
Fundos Regionais	-25.383,6	-25.757,5	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.607,5	-30.069,5
Demais	-12.294,7	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9
II. EXTERNA	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0
Disponibilidades	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-133.384,3	-134.047,3	-136.528,6	-137.905,2	-139.793,0	-142.746,4	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.298,3	-153.054,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

COMENTÁRIOS

No mês de janeiro de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo nominal de 12,4% (doze vírgula quatro por cento) quando comparados aos repasses efetuados em dezembro de 2004.

Em janeiro de 2005, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4,657,58 milhões, contra R\$ 4.142,31 milhões no mês de dezembro de 2004, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

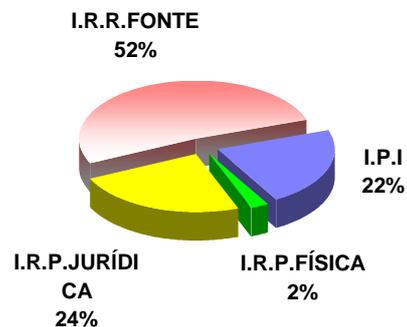
-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **janeiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

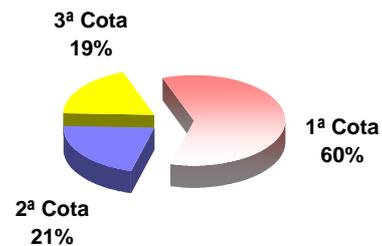
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



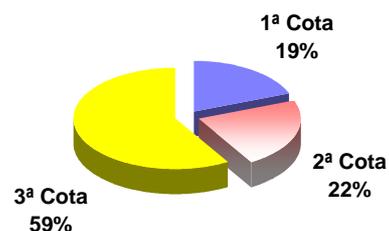
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)		VARIÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/05 DEZ/04	JAN/05 JAN/04
2004	2.193,2	2.490,3	-	-
2005	2.800,1	-	+12,4%	+27,6 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)		VARIÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/05 DEZ/04	JAN/05 JAN/04
2004	2.095,7	2.379,6	-	-
2005	2.675,6	-	+12,4%	+27,6 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 678/04 os créditos relativos ao mês de **janeiro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/01, 20/01 e 28/12**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
DEZ	9,0%	12,4%	9,0%	12,4%	-9,0%	5,2%

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de dezembro de 2004 a 20 de janeiro de 2005, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Dez.	404,0	6.692,9	7.096,8						
JAN/2005	1.767,7	9.997,6	11.765,4	Jan/2005	12.445,0	2.274,3	2.380,1	178,3	852,8
1º Dec./Jan.	464,9	2.238,2	2.703,1	3º Dec/Dez	7.096,8	1.296,9	1.357,3	34,3	474,4
2º Dec./Jan.	1.228,9	1.416,2	2.645,1	1º Dec/Jan	2.703,1	494,0	517,0	39,5	185,4
3º Dec./Jan.	73,9	6.343,3	6.417,2	2º Dec/Jan	2.645,1	483,4	505,9	104,5	193,0

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	13.307,91	77.804,73	18,63	16.120,68
AL	56.676,40	94.614,28	442,00	27.133,44
AM	32.716,06	63.462,82	4.779,11	18.244,46
AP	8.369,60	77.600,04	3,76	15.344,53
BA	212.642,35	213.700,32	10.766,09	78.713,97
CE	124.558,51	166.865,10	2.344,15	52.533,61
DF	5.280,75	15.697,41	49,97	4.054,99
ES	42.510,34	34.114,91	7.948,06	16.736,61
GO	86.491,80	64.661,39	1.787,53	27.556,78
MA	96.792,07	164.165,48	1.688,90	47.062,85
MG	313.065,55	101.309,90	20.262,70	82.185,07
MS	35.400,86	30.294,04	1.140,32	12.319,17
MT	45.038,08	52.489,19	1.696,96	18.335,02
PA	86.645,11	139.006,87	6.692,18	42.856,48
PB	76.949,69	108.915,25	699,54	33.045,32
PE	120.528,85	156.933,12	996,23	47.047,62
PI	59.259,23	98.282,77	96,96	27.946,83
PR	160.725,78	65.573,40	19.880,06	47.728,46
RJ	70.307,71	34.744,89	18.415,46	24.281,12
RN	59.130,36	95.019,11	1.205,32	27.569,45
RO	21.668,71	64.035,95	254,48	15.275,25
RR	11.624,43	56.419,23	11,61	12.026,00
RS	160.571,94	53.555,85	25.638,72	46.540,30
SC	92.544,47	29.106,84	15.691,02	25.763,17
SE	34.645,45	94.505,11	120,23	22.918,95
SP	319.289,09	22.743,27	35.663,03	78.839,69
TO	36.515,28	98.705,80	22,12	23.899,90
Total	2.383.256,39	2.274.327,08	178.315,16	892.079,73

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Fev/Jan	Mar/Fev	Abr/Mar
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	-14,0 %	-13,9 %	+19,9%
IPI-EXP	-22,0 %	+7,5%	-2,3%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Abr/2004	21/05/04	Set/2004	20/10/04
Mai/2004	01/07/04	Out/2004	26/11/04
Jun/2004	30/08/04	Nov/2004	21/12/04
Jul/2004	30/08/04	Dez/2004	09/02/05
Ago/2004	30/09/04	Jan a Dez/2004	10/02/05

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados
Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em janeiro de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.688,4 milhões, contra R\$ 2.938,9 milhões em dezembro de 2004. Os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 8,5% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de 7,6% do ICMS - FUNDEF.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: >Governos, >DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

Origens	dezembro	Partc.	janeiro	Partc.	JAN/ DEZ
FPM	370.691,3	12,6%	416.872,7	15,5%	12,4%
FPE	356.944,9	12,1%	401.351,8	14,9%	12,4%
IPI-EXP	29.918,9	1,0%	31.467,4	1,2%	5,2%
LC 87/96	42.387,9	1,4%	42.390,3	1,6%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	194.630,3	6,6%	-2,4	0,0%	-100,0%
ICMS	1.944.391,2	66,2%	1.796.384,1	66,8%	-7,6%
Total	2.938.964,7	100%	2.688.463,8	100%	-8,5%

R\$ Mil

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

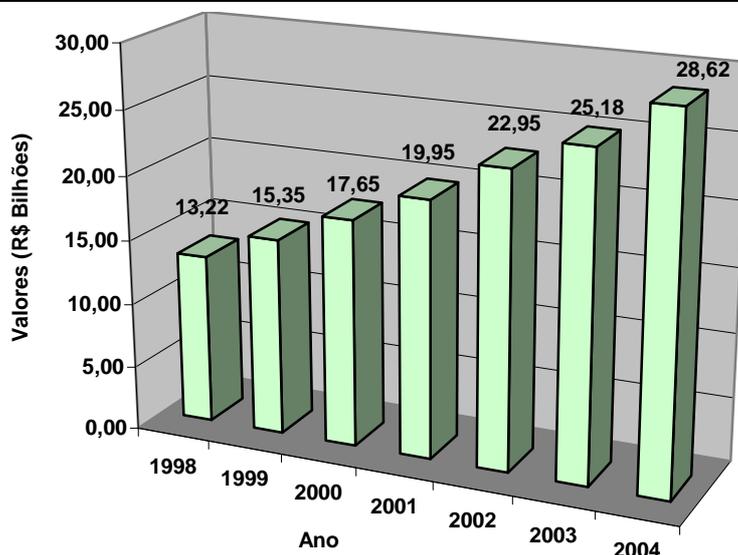
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

EVOLUÇÃO DO FUNDEF 1998 A 2004

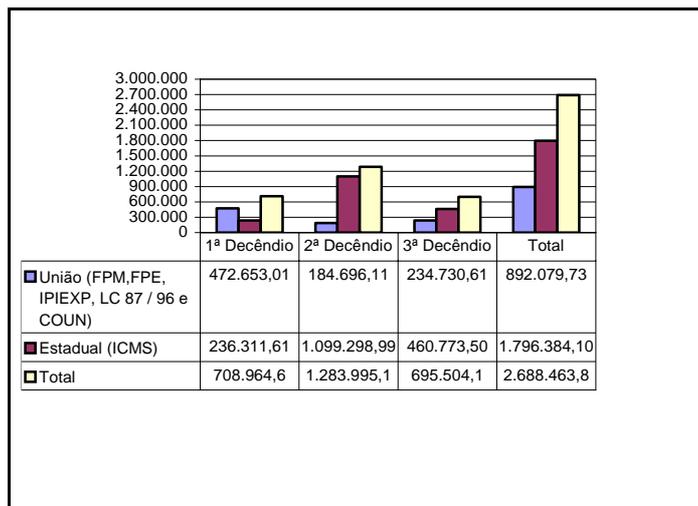
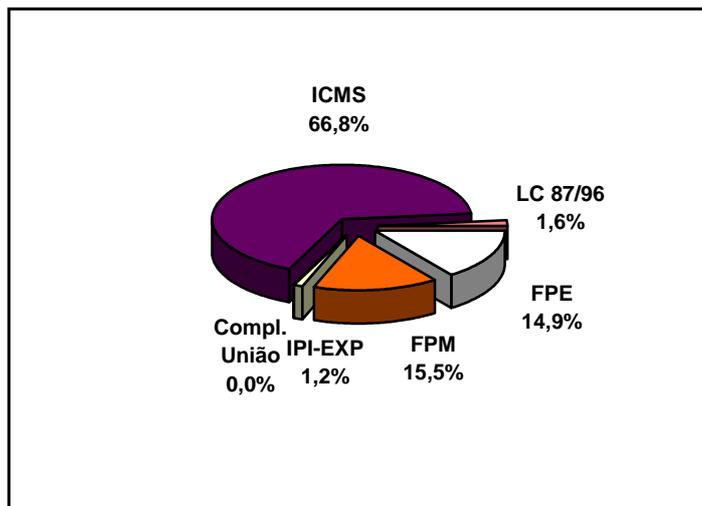
Desde a sua implantação, em 1998, o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, vem apresentando transferências de valores crescentes, em valores nominais, conforme se verifica no gráfico abaixo.



FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JANEIRO/2005 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	144.012	13.730	2.348	3	0	39	3.498	19.618	136,2	136,2
AL	686.155	16.697	10.002	78	0	357	14.417	41.550	60,6	60,6
AM	737.073	11.199	5.773	843	0	428	36.260	54.505	73,9	73,9
AP	124.616	13.694	1.477	1	0	173	2.603	17.947	144,0	144,0
BA	2.886.960	37.712	37.525	1.900	-2	1.580	87.381	166.095	57,5	57,5
CE	1.585.366	29.447	21.981	414	0	692	21.080	73.614	46,4	46,4
DF(2)	294.440	2.770	932	9	0	344	0	4.055	13,8	13,8
ES	501.939	6.020	7.502	1.403	0	1.812	37.036	53.772	107,1	107,1
GO	915.092	11.411	15.263	315	0	567	47.381	74.938	81,9	81,9
MA	1.475.516	28.970	17.081	298	0	713	4.997	52.059	35,3	35,3
MG	3.257.691	17.878	55.247	3.576	0	5.484	200.532	282.717	86,8	81,3
MS	404.776	5.346	6.247	201	0	525	29.343	41.663	102,9	102,9
MT	575.521	9.263	7.948	299	0	825	37.218	55.553	96,5	96,5
PA	1.554.285	24.531	15.290	1.181	0	1.855	33.140	75.997	48,9	48,9
PB	773.710	19.220	13.579	123	0	122	17.288	50.334	65,1	65,1
PE	1.429.101	27.694	18.603	176	0	574	40.064	87.112	61,0	61,0
PI	663.490	17.344	10.458	17	0	128	13.330	41.277	62,2	62,2
PR	1.558.298	11.572	28.363	3.508	0	4.285	112.085	159.814	102,6	102,6
RJ	2.003.228	6.131	12.407	3.250	0	2.493	187.821	212.102	105,9	105,9
RN	543.826	16.768	10.435	213	0	154	19.800	47.369	87,1	87,1
RO	300.173	11.300	3.824	45	0	106	15.543	30.818	102,7	102,7
RR	75.189	9.956	2.051	2	0	16	2.468	14.494	192,8	192,8
RS	1.541.054	9.451	28.296	4.524	0	4.268	120.567	167.107	108,4	108,4
SC	878.422	5.137	16.331	2.769	0	1.526	69.119	94.882	108,0	108,0
SE	378.202	16.677	6.114	21	0	106	12.824	35.743	94,5	94,5
SP	5.091.365	4.014	55.350	6.293	0	13.183	627.284	706.124	138,7	138,7
TO	263.208	17.419	6.444	4	0	33	3.306	27.206	103,4	103,4
Total	30.642.708	401.352	416.873	31.467	-2	42.390	1.796.384	2.688.464	87,7	87,2

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 4.351, de 28.12.2004. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).
Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.